

Relação Campo x Cidade: uma análise do Sudoeste da Bahia

Suzane Tosta Souza - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
stosta@uesb.br

Muitos debates vêm sendo travados na Geografia recentemente em torno das relações entre campo e cidade, questionando grande parte das abordagens tradicionais que consideram estes espaços produzidos de forma, muitas vezes, fragmentada. Na perspectiva de resgatar este diálogo buscou-se, neste trabalho, a partir da leitura de alguns autores como: Huberman (1974), Lefebvre (1974), Willians (1989), Marques (2002) Francisco de Oliveira (2003), Alentejano (2003) e outros entender alguns elementos que permitam a compreensão da relação entre campo e cidade no Sudoeste da Bahia, mais especificamente no município de Vitória da Conquista. Assim, ao mesmo tempo em que busca-se considerar as especificidades que caracterizam o campo e a cidade, a partir de relações sociais travadas historicamente nestes espaços, por outro lado reforça-se, muitas vezes, o caráter imbricado de tais relações, o que nos permite concluir que as mesmas vão muito além dos limites administrativos que define a zona rural e a zona urbana. Em Vitória da Conquista estas relações são muito perceptíveis – a exemplo do que acontece na comunidade Lagoa das Flores – onde centenas de famílias que dispõem de pequenos lotes em áreas peri-urbanas sobrevivem, predominantemente da atividade agrícola, baseada na horticultura, como condição indispensável à reprodução da família; por outro lado vem ganhando visibilidade a luta implementada pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) que ao mesmo tempo em que ocupam terras peri-urbanas – a fim de desenvolver a atividade agrícola, por outro lado, objetivam garantir o acesso a empregos na cidade; assim, o contato entre o campo e a cidade passa a constituir as possibilidades reais destas famílias na luta pela terra e pelo trabalho.

Na busca de melhor compreender como as imbricações entre campo e cidade ocorrem no Sudoeste da Bahia, especialmente em Vitória da Conquista, partiremos da análise da relação desta sociedade com a natureza, com base nas relações de trabalho travadas historicamente; considerando que, ao entrar em contato com a natureza a sociedade, em diferentes tempos, vai produzindo e reproduzindo espaço. A partir daí, podemos analisar a produção dos espaços rurais e urbanos, “suas funções e seu conteúdo social” (MARQUES, 2002), tão logo, a ação da sociedade na natureza, transformando-a em natureza humanizada; cujas relações não se enquadram e muitas vezes não respeitam os limites administrativos, pré-definidos. Assim, a dinâmica da sociedade, em seu movimento, no Sudoeste da Bahia, vai nos dando novas possibilidades de entender o campo e a cidade enquanto espaços dialeticamente imbricados.

Com isso, busca-se resgatar a dimensão territorial do desenvolvimento do modelo produtivo, rompendo com o pensar dicotômico, onde se por um lado verifica-se o desenvolvimento desigual e combinado (a partir do qual pode-se pensar a relação campo-cidade) por outro não se pode desprezar as particularidades que caracterizam os modos de vida no campo e na cidade, e a relação que estes estabelecem com a terra e com o trabalho.

Para tanto, partimos do princípio das contradições existentes na relação sociedade x natureza, considerando os interesses do modelo produtivo, não apenas no que concerne à apropriação dos recursos da natureza como também pelo fato deste apropriar-se da força-de-trabalho humana, transformada em mercadoria, crescendo os conflitos entre os interesses do capital versus os interesses dos trabalhadores (capital x trabalho), dando a relação sociedade x natureza um caráter desigual, quando a mesma é apropriada por apenas uma determinada classe social. Partindo deste pressuposto torna-se indispensável considerar as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas no país como um todo, a partir, sobretudo, da década de 1950, quando o Brasil começa a experimentar um processo acelerado de urbanização, o que se consolida nas décadas posteriores e, a partir daí, buscar entender as modificações ocorridas nos seus espaços rurais e urbanos.

De acordo com Francisco de Oliveira (2003) o Brasil vai passar por mudanças substanciais em sua política econômica, a partir do projeto “desenvolvimentista” inaugurado por Getúlio Vargas baseado num processo de industrialização que seria, portanto, condição indispensável para a superação do “subdesenvolvimento”. O cenário mundial é caracterizado pelo fim da 1ª Guerra Mundial seguido da Crise de 1929, na Bolsa de Nova York, constituindo-se num grande golpe para o capitalismo. Assim, a economia de mercado passa a contar com o apoio de Estado, numa política nacionalista, a partir da qual pode-se entender a atuação do Governo Vargas, no Brasil, seguido por outros governos militares. A partir daí, o Governo brasileiro passa a criar todas as condições para a expansão capitalista investindo, numa política de industrialização. Tal política é então acompanhada de um acelerado processo de urbanização, por meio do qual verifica-se a ascensão do urbano enquanto modo de vida, o que representa a condição de “moderno”, em detrimento do campo, que passa a ser visto como “atrasado”, sinônimo de “subdesenvolvido”. Trata-se na análise de Marques (2002) exatamente do pensar campo-cidade de forma dicotômica, onde o campo passa a ser definido pelo que não é urbano.

Contraditoriamente, a industrialização brasileira ocorre a partir da exportação, em larga escala, de gêneros agrícolas, que subsidia os juros da dívida, fazendo com que as demandas de produção e produtividade sejam intensificadas (além desta ter que atender as demandas da crescente população crescente nos grandes centros urbanos). Assim, o campo deixa de ser visto como o “atrasado”, sendo necessário “modernizá-lo” a fim de atender tais demandas do modelo produtivo. A partir daí, o campo passa a ser visto como contínuo do processo de urbanização. Mais uma vez, a presença do Estado é fundamental a partir da criação de todas as condições para “desenvolver” o campo, o que vai desde os incentivos creditícios e criação de órgãos para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias até a expansão da fronteira agrícola em direção a novas áreas como as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, abrindo novas possibilidades para a “territorialização do capital” ou “monopolização da produção”, conforme destacado por Oliveira (1998). Cabe salientar a opção do Estado brasileiro, já que tais políticas direcionam-se aos médios e grandes proprietários de terras, condenando as unidades de produção familiares excluindo milhares de camponeses que tinham no cultivo da terra sua única possibilidade de reprodução. Além disso, a ocupação de novas áreas pelos grileiros e latifundiários se fez

desconsiderando a existência de centenas e comunidades que viviam da terra, como os povos da floresta (índios e seringueiros), os povos cerradeiros (camponeses e índios), dentre outros.

A indústria se espalha em direção ao campo, a partir dos complexos agroindustriais, onde a produção já sai do campo manufaturada, com destino as grandes cidades e a exportação. O modelo de desenvolvimento implementado no campo ocorre com a difusão de equipamentos, adubos e defensivos químicos, utilizados sem o menor controle, muitas vezes, inadequados a nossa realidade climática, ao tipo de solo, ocasionando a destruição de vários ecossistemas. Verifica-se a ascensão do paradigma do agronegócio. Nas grandes cidades, diferente do desenvolvimento e da modernidade anunciada, milhares de trabalhadores vivem de subempregos e desempregados, vivendo sem as condições mínimas de moradia, assistência médica, alimentação ou acesso à escola; se amontoando em moradias precárias, nas encostas das grandes cidades – sendo, constantemente atingidas por deslizamentos; como também, as construções de prédios e vias de acesso que impermeabilizam o solo urbano, poluição sonora e do ar, dentre outros danos à natureza. Por outro lado, é perceptível o aumento das desigualdades sociais, da pobreza, violência urbana e marginalidade – um quadro que nem de longe pode ser considerado como “desenvolvido”. Para Marques (2002), a retomada da abordagem dicotômica e uma redefinição da relação campo-cidade resulta exatamente da crise urbana e da degradação das condições de vida nas cidades, onde diversos autores passam a criticar, a idéia de que tudo é urbano.

Além disso, intensifica-se a degradação das condições de trabalho (tanto nas cidades quanto no campo), que toma uma nova dimensão com a crise estrutural do capitalismo, a partir da década de 1970 e que se agrava nas décadas posteriores. Assim, pode-se concluir, de acordo com o filósofo Húngaro István Mészáros (2003) que o capitalismo entra no século XXI sem cumprir o que prometeu, levar o desenvolvimento a países como o Brasil, o que pode ser entendido, mais uma vez, a partir das próprias contradições deste modelo produtivo.

Na região Sudoeste da Bahia, pode-se constatar neste momento que acompanhando esta onda “modernizante” é implementada a difusão de pesquisas e tecnologias voltadas à expansão da produção da monocultura do café, sobretudo nas grandes e médias propriedades – o que repercute na falência de centenas e milhares de pequenos agricultores, perda ou abandono de suas terras, o crescimento das cidades (com destaque para Vitória da Conquista) e um acelerado processo de empobrecimento da população camponesa. Também neste processo, contraditoriamente a modernização anunciada o que se verifica é o agravamento das condições de trabalho no campo, dada a intensificação dos conflitos capital x trabalho na região, o que redundou na histórica greve dos trabalhadores do café e milhares de trabalhadores expulsos do campo, via mecanização, que passam a se amontoar nas cidades da região. Por outro lado, e contrariando esta realidade a história da região registra uma série de iniciativas de resistência por parte dos trabalhadores rurais e famílias camponesas empobrecidas, que lutam para não perder suas terras, buscando condições para se reproduzir no campo.

Um dos reflexos mais evidentes desta modernização, que segundo Oliveira (2003) reproduz igual e contraditoriamente o atraso, foi o inchaço da cidade de Vitória da Conquista (maior centro urbano regional e terceira maior cidade do Estado da Bahia), que passa de uma população urbana de 8.644

habitantes, em 1940 para 48.712 habitantes em 1960, o que representava um crescimento na taxa de urbanização de 25,7%, em 1940 para 60,7% em 1960, o que se acresce nas décadas posteriores (Censo Demográfico do IBGE 1940 e 1960).

Quanto à população rural, apesar desta apresentar um pequeno crescimento em termos absolutos no município, passam de 24.910 habitantes para 31.401 habitantes neste mesmo período, em termos relativos a taxa da população rural decresce de 74,3%, em 1940 para 39,3% em 1960. No ano de 2000 a taxa de urbanização atinge 85,9% do total, ou 225.430 habitantes, ficando os habitantes classificados como população rural compondo um percentual de apenas 14,1% ou 37.155 habitantes, ocorrendo uma diminuição tanto em termos absolutos quanto relativos se considerarmos a população rural existente em 1960. Considerando os outros municípios da região, constata-se que, mesmo com o crescimento urbano verificado nas cidades, a maior parte da população é predominantemente rural.

Além disso, mesmo dispondo destes dados oficiais disponibilizados pelo IBGE não poderíamos deixar de levantar algumas contradições ou mesmo críticas acerca dos mesmos, considerando exatamente a lacuna existente na definição do que é campo e do que é cidade – quando o critério é definido a partir da delimitação administrativa, da operacionalização do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Territorial Rural (ITR), o que torna a discussão dos conceitos de rural e urbano superficial, meramente quantitativa e inadequada à realidade concreta das populações que vivem tanto na cidade quanto no campo, criando uma falsa idéia de urbanização a qualquer custo em detrimento das formas de vida das pessoas. É importante ressaltar que, conforme já destacado, na população urbana da Vitória da Conquista são incluídas centenas de famílias que vivem em 11 distritos e diversos povoados e que sobrevivem, predominantemente, de atividades agrícolas.

Por outro lado, ao invés da “modernização” que seria viabilizada através do modelo industrial e da urbanização da sociedade o que se verifica é a exclusão de milhares de trabalhadores nas cidades e no campo, bem como famílias camponesas desterritorializadas que passam – sobretudo a partir da ascensão dos Movimentos Sociais Rurais de luta pela terra – por via da ocupação, principalmente, criar possibilidades de conquistar a terra; como através de outras vias (cooperativas, associações, etc) desenvolver formas de resistência no campo; demonstrando a necessidade do retorno do homem ao campo, na busca de uma nova forma de relação entre a sociedade e a natureza e negando o atual modelo de desenvolvimento, baseado na cultura urbana, que lhes tira toda a qualquer possibilidade de reprodução enquanto ser social. O que se verifica na região em estudo é uma incorporação econômica desvinculada de uma práxis social que sacrificou, exclui e expropriou centenas e milhares de famílias que viviam da/na terra. Assim, no Sudoeste da Bahia a “modernidade”, acompanhada de uma acelerada urbanização trouxe também: a miséria, a marginalidade, a segregação social – retratos fiéis da falência do modelo de desenvolvimento implementado no país como um todo. Para tanto, retomamos como subsídio teórico à análise de Francisco de Oliveira (2003), quando considera que o atraso é reproduzido exatamente pela busca da modernidade, em que a condição de subdesenvolvimento é igual e contraditoriamente reproduzida pelo desenvolvimento.

Além disso, considerado o elevado percentual de urbanização do Município de Vitória da Conquista, ressalta-se o fato deste ter sido alvo de diversas políticas públicas a partir da década de 1940, com destaque à construção da BR-116, tornando a cidade num importante entroncamento comercial, elo de ligação e circulação de mercadorias de diversas regiões do país; além da introdução do cultivo do café, em escala comercial, a partir das décadas de 1960 e 70, associado ao emprego de incrementos tecnológicos que, por outro lado, promoveu um processo acelerado de êxodo rural – tanto por conta de um grande número de famílias camponesas que perderam suas terras, como pela dispensa de trabalhadores via mecanização. Parte desta força de trabalho busca inserir-se no mercado de trabalho da cidade, cuja implantação do centro industrial de Imborés (nas proximidades da cidade de Vitória da Conquista) passa a ser uma grande frustração, já que poucas empresas continuam operando e o número de empregos gerados foi insuficiente para atender a demanda crescente de trabalhadores urbanos. Outra parte dos trabalhadores busca inserir-se no comércio local, em plena expansão, que passa a atender também as cidades menores da região. Ainda assim, o número elevado de desempregados e de famílias convivendo em condições precárias na região possibilita, ainda na década de 1960, o acirramento da disputa pela terra – ocasionando conflitos entre posseiros e latifundiários, o que assume maior proporção na década de 1980, quando, em 1987, trabalhadores sem terra ocupam a fazenda Santa Marta, tomada por dívida pelo Estado, o que dá origem ao primeiro projeto de assentamento rural da Região – o Assentamento Amaralina, onde foram assentadas 129 famílias, de acordo com informações do INCRA. A partir dos anos de 1990 a luta pela terra intensificou-se bastante na região e atualmente existem 21 assentamentos reconhecidos pelo INCRA (nos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça, Iguai, Ribeirão do Largo, Encruzilhada e Cravolândia) e vários acampamentos (em Jequié, Itapetinga, Vitória da Conquista e outros), por meio dos quais os trabalhadores têm buscado retornar ao campo, ou neste se manter.

Daí em diante, a luta dos trabalhadores pelo trabalho e pela terra na região ganha maior visibilidade com a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que cria a Regional Sudoeste, no ano de 1991; o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em 2001 – atualmente com mais de 1.000 famílias camponesas vinculadas e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) atualmente com 3 acampamentos no município de Vitória da Conquista. Tratando-se deste último movimento, um aspecto curioso é o fato dos trabalhadores vinculados a ele reivindicarem além do acesso a terra, a busca pelo emprego na cidade, daí as especificidades de ocuparem áreas peri-urbanas e das intensificações de relações entre estes dois espaços – o campo e a cidade. Outro exemplo interessante constatado na Região é a Comunidade de Lagoa das Flores – localizada ao Norte da cidade de Vitória da Conquista, as margens da BR-116, local onde centenas de famílias sobrevivem, em pequenos lotes, principalmente, da atividade olerícola (hortaliças) – enquanto atividade econômica que garante a subsistência das famílias, associado a outros cultivos para o consumo familiar – como a mandioca, o milho e o feijão; embora estejam residindo numa área administrativamente urbana. Por outro lado, não se pode negar que estas famílias estabelecem várias relações com a cidade, se valendo de muitos dos serviços por ela oferecidos: escolas, médicos, comércio e outros. Entre a população de Lagoa das Flores,

muitos recorrem ao trabalho, tanto no Distrito Industrial de Imborés (localizado ao lado da comunidade) como na cidade de Vitória da Conquista, onde se empregam no comércio, ou desenvolvem atividades autônomas – como pedreiro, marceneiros, etc.

De acordo com Aquino (2005, p. 02) “Lagoa das Flores, que hoje é também considerada do tipo bairro de Vitória da Conquista, está inserida no conceito de espaço rural-urbano, uma vez que possui características rurais significativas e um processo de urbanização bastante adiantado”. Este desenvolvimento da atividade agrícola, por parte destas famílias tem favorecido a expansão de pequenos loteamentos, onde a população passa a ter na produção de hortaliças sua principal fonte de sobrevivência. Tais aspectos fazem-nos acreditar que dadas atividades desenvolvidas pelas famílias, sua relação com o uso do solo, dentre outros aspectos – permita-nos entendê-las como um pleno processo de reprodução camponesa, nas áreas periféricas da cidade.

A estes exemplos outros se multiplicam mostrando que a pura e simples definição formal do que é campo e do que é cidade não se aplica a diversos grupos sociais, que não limitam suas vidas e suas relações a delimitações fixas, mostrando que a dinâmica social é muito mais complexa. São movimentos sociais rurais que têm nas cidades seus principais mecanismos de reivindicações, são trabalhadores desempregados e subempregados nas periferias das cidades que se somam àqueles que se engajam na luta pela terra e vêem nesta a possibilidade de ir (ou retornar) para o campo, são trabalhadores expulsos do campo e camponeses expulsos de suas terras, ou filhos de camponeses que deixam o campo em busca de emprego na cidade. Eis alguns dos exemplos que demonstram a complexidade das relações diversas que são estabelecidas socialmente entre campo e cidade, o que requer do pesquisador um olhar atento para estas questões. Demonstram, por outro lado, os reflexos mais claros do modelo produtivo, que expõe, cada vez mais, os trabalhadores a condições precárias de sobrevivência, e a busca constante de alternativas para a vida e para o trabalho – seja no campo ou na cidade.

A partir daí verifica-se a necessidade de se repensar a relação campo-cidade. Para Alentejano (2003) analisar a relação campo-cidade no século XXI constitui-se uma grande encruzilhada, já que ao contrário das vantagens da urbanização (como se pregava na metade do século XX) verifica-se hoje a proliferação de estudos que apontam para a revalorização do rural e as limitações do modelo de urbanização; entretanto esta revalorização toma caminhos distintos: para uns significaria uma revisão do modelo de desenvolvimento agropecuário historicamente dominante no país – associando a reforma na estrutura fundiária e na política agrícola implementada até então; para outros significa a possibilidade de aproveitamento das potencialidades deste modelo – ou a revalorização conservadora do rural, ou seja, a sobrevivência do latifúndio. Entretanto, é necessário que se pense para além da agricultura e do meio rural; é preciso compreender que: “O grande salto no debate atual da questão da reforma agrária deve ser a inserção deste no conteúdo da discussão do modelo de desenvolvimento a ser implementado no país” (ALENTEJANO, 2003, p. 27), ou seja, de retomar os debates agrários, não como questão secundária “à tendência de industrialização do campo e de urbanização da sociedade; onde o caráter fortemente urbanizado da sociedade seja o ponto de partida para a nova reflexão sobre o lugar da reforma agrária no debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no país, não para negar a importância da

reforma agrária, mas para reafirmá-la; não para gerar emprego no campo, mas para possibilitar a construção de uma sociedade mais justa”.

Marques (2002) demonstra que o próprio modelo produtivo ao constatar a “decadência” do urbano passa a investir na imagem do rural como próximo à natureza opondo-se ao artificialismo da sociedade moderna, possibilitando a apropriação de paisagens rurais e “o retorno bucólico à tranquilidade do rural”, conforme destacado em Willians (1989). Com isso, demonstra que “o contraste entre cidade e campo é uma das principais maneiras de tomamos consciência das crises da nossa sociedade capitalista, marcada pela intensidade e velocidade dos processos de transformação” (p. 103). Assim, considera que o capitalismo é o agente mais eficaz na transformação da natureza e do social, onde é possível entender as transformações nas relações entre campo e cidade enquanto fundamentos deste modo de produção.

Por outro lado e contraditoriamente, mesmo com todo avanço do processo de urbanização o rural não deixou de existir, esta realidade é incontestável na região Sudoeste da Bahia e se materializa nos espaços dos assentamentos rurais, nas comunidades camponesas vinculadas ou não a Movimentos Sociais de luta ou permanência na terra, na produção camponesa de Lagoa das Flores, em diversas cooperativas agrícolas e associação existentes na região, nas comunidades quilombolas de Barra e Bananal, dentre outros exemplos. Cada uma delas com suas especificidades representam, de certa forma, possibilidades e tentativas de resistência ao projeto de homogeneização da sociedade “urbana”, se negando a proletarização e demonstrando, na labuta cotidiana que o projeto de modernização, baseado na sociedade urbana e industrial não lhes servem. Entretanto, tal análise não pode ser realizada de modo dicotômico – ou seja, de ver o rural como sinônimo de atraso, de natural e o urbano locus do progresso, da modernização da indústria e da técnica. Requer, portanto, analisar a diversidade das formas de organização social e da reprodução da vida nestes espaços; o conteúdo social que estes sujeitos imprimem nestes espaços, com todas as suas dimensões e contradições. No dizer de Lefebvre (1980) entender estas singularidades na totalidade das relações sociais; ou conforme Marques (2002) a partir do conceito de divisão social do trabalho, com base no desenvolvimento desigual e combinado, que sofre influências recíprocas; entretanto é preciso considerar as especificidades de cada conceito, onde o espaço rural corresponde a um meio específico, de características naturais que do urbano, onde a terra ou o espaço natural aparece como um fator primordial, cuja territorialização é intensa; diferente do urbano, conforme destaca Alentejano (2003). Estes são os desafios para a análise do geógrafo, de pensar rural e urbano como parte de um mesmo processo contraditório de desenvolvimento do capital, mas que resguarda suas especificidades caracterizadas por conteúdos sociais diferenciados, que propicie uma nova forma de contato entre a sociedade (com todas as suas contradições) e a natureza.

Não se tem neste trabalho, entretanto, a pretensão de negar o urbano enquanto modo de vida e organização social, nem de pensar o campo como extensão do que existe na cidade, mas de ver no campo uma possibilidade de construção de uma nova relação entre a sociedade e a natureza, de pensar no retorno ao campo – a partir principalmente da atuação dos movimentos sociais ou de manutenção do homem no campo – com destaque a organização de Movimentos, associações, cooperativas e outras experiências, como possibilidades reais de construção de um novo modelo de sociedade onde o ser

humano seja colocado em primeiro lugar. Daí, a crítica incisiva ao modelo produtivo atual, voltado para os interesses do grande capital em detrimento as necessidades da sociedade como um todo. Exatamente por isto é que José de Souza Martins (1994) destaca os benefícios que um amplo programa de reforma agrária poderia trazer a sociedade brasileira, por isso mesmo não sendo de interesse apenas dos movimentos que lutam pela terra. O enfrentamento entre as classes sociais e seus distintos interesses é fundamental, neste momento, para que possamos entender o processo de produção do espaço agrário brasileiro e especificamente na região Sudoeste da Bahia, enquanto parte de uma totalidade social, o que só se torna possível considerando todas as suas dimensões: históricas, sociais, econômicas, culturais e políticas.

Referências Bibliográficas:

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações Campo-Cidade no Brasil do Século XXI; In: *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB, nº 21, Julho-Dez de 2003. p. 25-39.
- AQUINO, Rona de. *Expansão do espaço Rural-Urbano em Vitória da Conquista – estudo do Loteamento da Fazenda Santo Antonio, na Lagoa das Flores*. UESB: Departamento de Geografia. Monografia de Final de Curso, 2005.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *A Questão Camponesa: o signo sob o olhar dialético*. Dissertação de Mestrado NPGEO: Aracaju/SE, 1991.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. *La Produccion de L'espace*. Paris: Antropos, 1974.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: *Revista Terra Livre*, São Paulo: AGB, ano 18, nº 19, Jul-dez, 2002. p. 95-112.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MÉSZÁROS, István. *Século XXI – Socialismo ou Barbárie*. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro*. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1198.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – o Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- SANTANNA, Lourival. *Conceitos de Rural e Urbano imploram revisão*. Internet. P. 01 a 05, dezembro de 2001.
- SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. *Reforma Agrária na Região Sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida nas áreas de assentamentos rurais*. Relatório de Pesquisa-UESB/PIBIC/CNPq, 2001.
- TROTSKY, Leon. *La teoría de la Revolucion Permanente* (Compilación), 2ª edición. Buenos Aires: Artes Gráficas, 2005.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Trad. Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia das Letras, 1989.